

FLASH

MEDIDAS DE APOIO A EMPRESAS NO ÂMBITO DO SURTO DE COVID-19

Apresentam-se sucintamente as medidas aprovadas, em sede de financiamento a empresas e de fiscalidade, no âmbito do surto de Covid-19.

LINHAS DE CRÉDITO

Foram criadas, através das **instituições bancárias e com garantia do Estado, quatro linhas de crédito específicas**, que existem em paralelo com linha de âmbito geral, que abrange todos os setores económicos.

São no total 3 mil milhões de euros de financiamento à economia:

- com um período de carência até 12 meses;
- amortizadas até quatro anos.

RESTAURAÇÃO E SIMILARES

Montante:

600 ME, dos quais 270 ME para Micro e Pequenas Empresas

Beneficiários:

Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* na área da restauração ou similares, com (i) situação líquida positiva no último balanço aprovado ou (ii) situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

Requisitos:

Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar) e situação regularizada perante a SS e a AT.

Condições:

Máximo por empresa: 1,5 M€
Garantia: até 100% do capital em dívida
Contragarantia: 100%
Prazo de operações: 4 anos.

TURISMO:**AGÊNCIAS DE VIAGENS; ANIMAÇÃO;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E SIMILARES****Montante:**

200 ME, dos quais 75 ME para Micro e Pequenas Empresas

Beneficiários:

Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap*, agências de viagem, animação turística, organização de eventos e empresas similares, com (i) situação líquida positiva no último balanço aprovado ou (ii) situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

Requisitos:

Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar) e situação regularizada perante a SS e a AT.

Condições:

Máximo por empresa: 1,5 M€
Garantia: até 100% do capital em dívida
Contragarantia: 100%
Prazo de operações: 4 anos.

TURISMO:**EMPREENDIMENTOS E ALOJAMENTOS****Montante:**

900 ME, dos quais 300 ME para Micro e Pequenas Empresas

**Beneficiários:**

Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap*, empresas de turismo (incluindo empreendimentos turísticos e alojamento turístico), com (i) situação líquida positiva no último balanço aprovado ou (ii) situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

Requisitos: Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar) e situação regularizada perante a SS e a AT.

Condições:

Máximo por empresa: 1,5 M€

Garantia: até 100% do capital em dívida

Contragarantia: 100%

Prazo de operações: 4 anos.

INDÚSTRIA:
TÊXTIL, VESTUÁRIO, CALÇADO, INDÚSTRIAS
EXTRATIVAS (ROCHAS
ORNAMENTAIS) E DA FILEIRA DA MADEIRA E
CORTIÇA

Montante:

1300 ME, dos quais 400 ME para Micro e Pequenas Empresas

Beneficiários:

Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* (têxtil, vestuário, calçado, indústrias extrativas, fileira da madeira), com (i) situação líquida positiva no último balanço aprovado ou (ii) situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

Requisitos:

Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar) e situação regularizada perante a SS e a AT.

Condições:

Máximo por empresa: 1,5 M€

Garantia: até 100% do capital em dívida

Contragarantia: 100%

Prazo de operações: 4 anos.

CAPITALIZAR 2018 (COVID 19)**Montante:**

200 ME para apoio de tesouraria (160ME para Fundo de Maneio e 40ME para Tesouraria)

Beneficiários:

Preferencialmente PME, em qualquer sector de atividade, com (i) situação líquida positiva no último balanço aprovado ou (ii) situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

Requisitos:

Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar) e situação regularizada perante a SS e a AT.

Condições:

Máximo por empresa: 1,5 M€

Garantia: até 80% do capital em dívida

Contragarantia: 100%

Prazo de operações: 4 anos para Fundo de Maneio e 1 a 3 anos para Tesouraria.

TURISMO MICROEMPRESAS**Entidade Responsável:**

Turismo de Portugal

Montante:

60 ME para apoio de tesouraria

Beneficiários:

Microempresas do setor do turismo que: (i) estejam licenciadas e registadas no Registo Nacional de Turismo, se exigível; (ii) não se encontrem numa situação de empresa em dificuldade; e (iii) não tenham sido objeto de sanções administrativas ou judiciais nos 2 últimos anos.

Requisitos:

Declaração da empresa sobre o impacto negativo do COVID-19 (minuta a disponibilizar), situação regularizada perante a SS e a AT e perante o Turismo de Portugal.

**Condições:**

Montante: €750,00/mês/trabalhador

Montante máximo: €20.000,00

Duração: 3 meses

Reembolso: 3 anos (1 ano de carência), sem juros.

Garantia: Fiança pessoal de sócio.

FISCALIDADE

O Governo determinou a prorrogação do prazo de cumprimento de obrigações fiscais (declarativas e de pagamento) relativas ao IRC:

- **Adiamento do Pagamento Especial por Conta** de 31 de março para 30 de junho;
- **Prorrogação da entrega do Modelo 22** (Declaração de IRC + Pagamento/acerto) para 31 de julho; e
- **Prorrogação do primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta** de 31 de julho para 31 de agosto.

Na data de vencimento de **obrigação de pagamento** de impostos *infra* indicados, as empresas e trabalhadores independentes poderão **pagar de uma das seguintes formas**, sempre **sem** necessidade de **prestação de garantias**:

- Pagamento imediato, nos termos habituais;
- Pagamento fracionado em três prestações mensais sem juros; ou
- Pagamento fracionado em seis prestações mensais, sendo aplicáveis juros de mora apenas às últimas três;

As obrigações em causa são:

- Pagamentos do **IVA** (nos regimes mensal e trimestral)
- **Entrega** ao Estado de **retenções na fonte** de IRS e IRC.

Este regime é aplicável a trabalhadores independentes e empresas com volume de negócios até 10 milhões de euros em 2018, ou com início de atividade a partir de 1 de janeiro de 2019.

As restantes empresas ou trabalhadores independentes podem requerer idêntica flexibilização no pagamento destas obrigações fiscais do 2.º trimestre quando tenham verificado uma diminuição de volume de negócios de, pelo

menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação face ao período homólogo do ano anterior.

No âmbito das **CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL**, as **empresas com até 50 postos de trabalho** poderão diferir o seu pagamento. Adicionalmente:

- As contribuições para a Segurança Social são reduzidas a 1/3 nos meses de março, abril e maio;
- O valor remanescente relativo aos meses de abril, maio e junho é liquidado a partir do 3.º trimestre de 2020, em termos similares ao pagamento fracionado através de prestações adotado para os impostos a pagar no 2.º trimestre.

As **empresas com até 250 postos de trabalho** podem aceder a este mecanismo de redução e fracionamento do pagamento das contribuições sociais do 2.º trimestre de 2020 caso tenham uma quebra no volume de negócios de 20%.

Os regimes excecionais não impedem que as empresas, querendo, possam proceder ao pagamento imediato, nos termos habituais.

NOTA: Esta informação é de envio reservado e não deve ser compreendida como qualquer forma de publicidade, pelo que se encontra vedada a sua cópia ou circulação. A informação apresentada e as opiniões expressas são de carácter geral e abstrato, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado e específico para a resolução de casos concretos.

19 de março de 2020
Ana Pedrosa-Augusto